

O CARÁTER ESTRUTURAL DA PRODUÇÃO SOCIAL:

Dualidade, Produtividade e Setorialização

Duilio de Avila Bêrni¹**1. O PROCESSO METABÓLICO DA PRODUÇÃO SOCIAL**

Um velho truismo sobre a vida econômica diz que aquilo que se percebe como realidade é o resultado do inter-relacionamento entre uma verdadeira miríade de fatores. Considerando que a teoria não pode ser tão complexa e multifacetada como a realidade, o propósito da ciência é selecionar um elenco reduzido desses fatores, definindo variáveis cujas interpelações sejam fortes ao ponto de "reproduzirem" a realidade. Este tipo de encaminhamento permite a reconstrução mental de alguns aspectos do mundo observado, os quais merecem exame mais detalhado, a fim de que determinado conjunto finito de questões possa ser respondido.

Mesmo não sendo legítimo falar numa hierarquia estrita entre o conjunto selecionado de variáveis, pode-se afirmar que a atividade física e mental dos homens destinada à apropriação da natureza encontra-se no cerne da produção de bens e serviços. Com efeito, essa apropriação está associada com a criação de valores de uso, os quais constituem a maneira inicial de se ingressar no circuito da produção social². Ao se adotar a noção de metodologia de programa de pesquisa de Imre Lakatos³, pode-se reconhecer uma "rede integrada de idéias" voltada ao exame da produção social⁴.

François Quesnay postulou com muita clareza que a origem de todos os rendimentos de uma sociedade localiza-se na esfera da produção. Em seguida, os economistas clássicos, iniciando precisamente com Adam Smith, dividiram sua incipiente ciência em quatro esferas: produção, circulação, distribuição e consumo. De Quesnay a Smith, a esfera da produção recebeu um deslocamento no enfoque setorial: da Agricultura para a Indústria. David Ricardo notabilizou-se por sustentar que o objeto de estudo da economia política é a distribuição do excedente econômico entre as diferentes classes sociais. Mesmo para ele, todavia, a produção se encontra no centro da explicação econômica, dela resultando os conceitos de terras marginais e seus rendimentos decrescentes. A famosa Introdução de seu livro "Contribuição à Crítica da Economia Política" notabilizou Karl Marx pela discussão do método da investigação econômica, mas nela maior destaque é dado para a relação entre as quatro esferas da vida econômica.

Essas quatro esferas iniciam com a produção, e têm o consumo, entendido como

¹Do Departamento de Economia da UFSC (duilio@mbx1.ufsc.br).

²A produção não é social se não for avalizada pelo processo de troca. Assim, embora produza enorme satisfação para si, o presente autor, ao cortar aos próprios unhas ou ao recitar sonetos, não está realizando trabalho social. Seu artigo de 1995 (ver Bêrni, 1995b) mergulha na descrição dos detalhes da produção e do trabalho social, esmiuçando-lhe as três dimensões a produção de valores (medida em horas de trabalho), a produção de valores de troca (medida através dos preços das mercadorias) e a produção de valores de uso (medidos pela quantidade física produzida de bens e serviços).

³Uma interessante exposição para economistas encontra-se em Blaug (1976).

⁴Hennings (1986) é um ótimo artigo voltado à discussão do pensamento econômico sobre o que ele chama de paradigmas da troca e da produção. O primeiro, sugere, caracteriza os pensamentos pré-clássico e neoclássico, e o segundo diz respeito aos pensamentos fisiocrático e clássico. Ver também a este respeito Walsh & Graham (1980).

manifestação de necessidades básicas e culturais humanas, como sua finalidade¹. O mecanismo de mercado, mesmo que sujeito ao aparecimento de falhas em seu funcionamento², é o responsável pela ação dos diferentes agentes econômicos ao longo dessas quatro esferas. O racionamento via sistema de preços³ é a mais impessoal das formas de articulação entre os agentes enlaçados por certa atividade econômica.

Não se pretende com isto sustentar que todos os agentes sejam iguais, no que diz respeito a suas estruturas de preferências, capacidades produtivas ou propriedade de terra ou capital. Emergindo como traço mais característico do capitalismo, o mercado de trabalho vincula a esfera da produção com as principais questões distributivas do sistema⁴. É nele que se decide, em dois momentos, quais são as frações da população que terão acesso à renda. O primeiro momento diz respeito à distribuição do valor adicionado, na forma de salários ou lucros, ao passo que o segundo se direciona ao estabelecimento de diferentes níveis salariais, de acordo com a qualificação ou poder de barganha de trabalhadores (associados ou não) específicos e da distribuição do lucro total entre as empresas.

Ao encarar o trabalho como a capacidade humana de transformar a natureza, pode-se observar que seu resultado é a produção de bens e serviços destinados a atender às necessidades humanas. Se a produção pode ser entendida como o processo de apropriação que o homem faz da natureza, as outras esferas relacionam-se à apropriação e consumo da própria produção. A fim de apropriar-se da natureza em seu benefício, o homem usa sua capacidade de trabalho ou na forma de dispêndio presente da energia contida em seu corpo, ou na forma de trabalho "cristalizado", trabalho previamente despendido, ou seja, capital⁵. De fato, o capital, enquanto trabalho cristalizado, é uma fração da natureza externa ao homem, a qual assumiu a forma de uma ferramenta ou máquina, em virtude da aplicação prévia do trabalho à natureza. Em resumo, a fim

¹ Paukert et al. (1976:162), seguindo um estudo da OIT para a Colômbia, retrocede a Pierre de Boisguilbert para recuperar a primeira apresentação da relação entre renda, consumo e emprego.

² É apenas deste século a constatação de que os mercados podem apresentar falhas em seu funcionamento, particularmente, as atribuídas a externalidades. Outras falhas são devidas ao poder de monopólio e a assimetrias de informação por parte dos agentes econômicos. O caso mais interessante no presente contexto é o dos bens públicos, modernamente caracterizados pela ausência dos princípios de exclusão e rivalidade do consumo. O primeiro diz respeito ao fato de que, por exemplo, o montante de segurança pública disponível para um indivíduo não fica reduzido com o consumo de segurança pública por outros, ao passo que o segundo sugere que, se há segurança para um, esta automaticamente também é disponível para outros, não havendo um mecanismo de preços que lhes barre o acesso.

³ Observe o leitor que, ao falar em preço, não se está implicando necessariamente uma economia capitalista, nem mesmo uma economia monetária. A noção de preço, no presente contexto, pode refletir apenas relações entre quantidades relativas de uma mercadoria com relação a outra. Ver Milgrom & Roberts (1992).

⁴ A noção de sistema econômico deriva de uma longa seqüência de causas: a repetição das ações humanas voltadas à produção de bens e serviços gera processos produtivos que, quando repetidos, passam a apresentar dado padrão no uso dos recursos. A repetição de conjuntos articulados de padrões gera estruturas, entendidas como relações que as partes de um todo guardam entre si. Um conjunto de estruturas econômicas associado a outras (estruturas geográficas, políticas, científicas, culturais, etc.) gera um sistema econômico.

⁵ A palavra capital tem dois sentidos: é entendido ou como um conjunto de bens de produção previamente produzidos, e que pode assumir a forma monetária de um fundo de valor pecuniário, ou como uma relação social entre trabalhadores e capitalistas. No primeiro caso, incluem-se no capital de propriedade de um agente econômico específico os insumos, as máquinas e outros ativos (e.g., um desenho de disposição de máquinas no chão da fábrica). Ainda que o mercado de trabalho tenha tido existência episódica previamente ao surgimento do capitalismo, foi neste sistema econômico que as relações mercantis entre trabalhadores e capitalistas mais floresceram.

de produzir bens e serviços, o homem utiliza seu trabalho presente e outros bens e serviços já devida e previamente extraídos da natureza que requerem mais trabalho para se transformar em novos bens finais de consumo ou de capital.

A relação entre a produção setorial e o consumo pessoal manifesta-se em vínculos intermináveis, como o sugere a sequência de ações que geram processos, que geram padrões, etc. Partindo de um ponto arbitrário, por exemplo, as conseqüências imediatas da alocação do tempo social resultam na distribuição da produção em ramos (perfazendo a distribuição setorial do valor adicionado). Como resultado do funcionamento do mercado de bens e serviços, molda-se um certo padrão distributivo, o qual, por seu turno, moldará um certo padrão de demanda. Variações no consumo, por exemplo, influenciarão outra rodada da produção setorial, com possíveis mudanças na alocação do tempo de trabalho, e assim por diante.

Se a demanda varia, em virtude da ação da lei de Engel, ou de outro condicionante, seu novo padrão vai moldar um novo padrão da oferta, a fim de que o equilíbrio seja restabelecido. No entanto, enquanto que o equilíbrio não se consolida, os preços também variarão, provocando dois efeitos alternativos. Por um lado, eles favorecerão a lucratividade em setores em que há escassez de oferta, favorecendo novos investimentos, ou seja, novos ingressos de capital. Por outro lado, preços altos podem apenas elevar os rendimentos de um ou todos os fatores alocados no setor em que há escassez.

Pode-se supor que, quando os insumos primários¹ obtêm recompensas extraordinárias, em virtude de os preços sinalizarem a entrada de novos capitais num setor específico, alguns desses insumos terão retornos mais elevados, dependendo do poder de barganha de seus proprietários, das relações de propriedade e da regulamentação. Portanto, o impacto de variações de preços sobre as remunerações dos insumos primários contribui para a determinação da distribuição funcional da renda. Considerando que os serviços ofertados pelos proprietários dos insumos primários são sua propriedade, estabelece-se assim uma estreita vinculação também com a distribuição pessoal da renda. A situação não muda em caráter, caso se considere que, ao invés de beneficiar os insumos primários, as variações de preços aqui postuladas melhorarão a situação de um ou todos os proprietários dos insumos intermediários². Em termos analíticos, após um certo ponto vai ocorrer uma distribuição entre fatores, de modo a cobrir o hiato que leva à distribuição pessoal da renda. Da mesma forma, pode-se falar em reduções de custos, por simetria aos aumentos de preços, de sorte que as características básicas dos vínculos se mantêm.

Aparentemente, variações em qualquer outra dimensão do fluxo circular da renda levariam o observador a formas de integração similares. O aspecto a ser ressaltado é que a renda influencia o consumo, o consumo influencia os preços, os preços influenciam a remuneração dos proprietários dos insumos, e, assim, lucros ou salários. Segue-se a influência destes sobre a distribuição pessoal da renda, e portanto o consumo, e assim, a estrutura setorial da produção, e assim por diante...

À medida que os vínculos acima são endógenos ao sistema econômico, no sentido de que há um *feed-back* positivo ou negativo em operação, permitindo a transição de um aspecto ao outro, existe espaço para se especular sobre as possíveis respostas que variações exógenas em uma ou outra dessas esferas provocará nas demais. A questão é se existem efeitos definidos e

¹ Nomeadamente, importações, salários, juros, lucros, alugueis, e impostos indiretos líquidos de subsídios.

² A saber, as matérias primas adquiridas pelos setores produtivos.

discerníveis nas variações exógenas, e.g., na distribuição, sobre os padrões de consumo e sobre a estrutura produtiva. Alternativamente, pode-se indagar se variações são atribuídas a uma esfera particular, ou se elas são interligadas de tal modo que sua determinação é simultânea. As respostas do sistema a essas variações exógenas permitem que o processo metabólico da produção social seja observado em sua plenitude. Por analogia ao próprio corpo humano, que transforma alimentos em tecido celular, o anabolismo da produção social consiste no uso do trabalho para, transformando a natureza, gerar bens e serviços. Seu oposto-complemento é o processo catabólico de circulação e consumo desses bens e serviços. Tais movimentos de anabolismo e catabolismo geram o circuito econômico, ou seja, o processo metabólico da produção social.

2. MODELOS DUALISTAS, DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO

O fato de se aceitar um enorme grau de inter-relacionamento entre os diferentes fenômenos econômicos também permite a existência de movimentos sincrônicos e assíncrônicos por parte de diferentes componentes. Um fenômeno relacionado e, até certo ponto mais comum, consiste na movimentação de algumas variáveis no mesmo sentido, mas em velocidades diferentes. O resultado dessa faceta implica a convivência entre setores "modernos" com "atrasados", cuja interação cria um todo unificado. A investigação desta convivência apresenta uma longa tradição na ciência econômica, sendo que sua importância é reforçada pelo próprio desenvolvimento das relações de produção capitalistas. O papel desta dicotomia é facilmente observável, mesmo no cerne dos países capitalistas avançados, mas os contrastes mais marcantes aparecem precisamente nos países subdesenvolvidos.

Nos anos 50, a década da emergência da consciência de um "Terceiro Mundo"¹, surgiram alguns estudos marcantes na busca de explicar o caráter das sociedades em que o mercado de trabalho tem o papel fundamental na alocação dos recursos e, como consequência, na própria capacidade do sistema em acumular capital (i.e., investir). Escrevendo em 1954, Arthur Lewis criou um modelo de dois setores, destinado a explicar essas questões. O primeiro é um setor capitalista, que usa capital fixo (i.e., reprodutível), que contrata trabalhadores numa situação em que mesmo os últimos trabalhadores contratados contribuem positivamente para o aumento da produção, recebendo por isso um salário maior que zero, por menor que seja.

No segundo setor, cuja atividade econômica destina-se puramente à subsistência dos trabalhadores, existe uma oferta ilimitada de mão-de-obra. Nele, o salário iguala precisamente o nível de subsistência. Em circunstâncias especiais, salário menor que esse pode ocorrer, como por exemplo, na Eritreia contemporânea, o que inviabiliza a manutenção da organização econômica a longo prazo.

A fim de atrair trabalhadores do setor de subsistência, o setor capitalista lhes paga um salário ligeiramente superior ao "salário natural", contemplando um "prêmio" cerca de 30% sobre ele. Neste modelo, o crescimento econômico pode ser entendido como o processo de movimentação da mão-de-obra do setor tradicional para o setor capitalista². A participação dos

¹Caso se entenda como Primeiro Mundo ao conjunto dos países capitalistas avançados membros da OCED, ao Segundo como os países socialistas, ao terceiro como o restante, precisa-se dividir o Terceiro em muito pobres e renda média (como o faz o Banco Mundial). Para se manter a triade, com a emergência do Quarto Mundo, destruiu-se o segundo, de sorte que permanecem atuantes apenas três.

²Kanbur & McIntosh (1988) apresentam uma *survey* excelente sobre os modelos duais, lidando com uma classificação interessantíssima: modelo neoclássico, modelo de Lewis, modelo estruturalista e modelo Norte-Sul. Alguns textos interessantes em português são o de Hans Singer (1969) e o de Paul Singer (1977).

lucros no valor adicionado aumenta até que todo o trabalho excedente seja absorvido. Até esse momento, a distribuição pessoal da renda piora sistematicamente. No entanto, à medida que lucros vão sendo gerados, também se geram novas poupanças financiadoras do investimento necessário a viabilizar mais crescimento¹.

Deste modo, pode-se considerar que, se o salário de mercado se eleva com a exaustão do excedente de mão-de-obra, o processo de crescimento pode ser quebrado, de acordo com duas possibilidades². Primeiramente, os preços podem aumentar mais rapidamente no setor tradicional do que no setor capitalista. Em segundo lugar, o setor tradicional pode experimentar aumentos de produtividade. Ambas as possibilidades implicam a necessidade de elevação do salário no setor moderno, a fim de prosseguir atraindo trabalhadores do setor de subsistência. Esta questão merece maior aprofundamento.

De acordo com Lewis (1954:139), a noção de oferta ilimitada de trabalho ao nível de subsistência encontra-se "nos clássicos, de Smith a Marx"³. Ao longo do tempo, a produção se eleva, como consequência da acumulação de capital,

"a qual é explicada por eles em termos de sua análise da distribuição da renda. Os sistemas clássicos, assim, determinaram simultaneamente a distribuição da renda e seu crescimento, sendo os preços relativos das mercadorias considerados como um subproduto de menor importância."

Os setores de Lewis não correspondem simplesmente à dualidade agricultura-no-campo e indústria/serviços-na-cidade (p.141). Ao desemprego "disfarçado" na Agricultura, ele acrescenta muitos "empregos informais"⁴ na cidade, tais como carregadores de malas, jardineiros, vendedores ambulantes, mandaletes, etc.

Deve-se acrescentar que a tendência a manter a oferta ilimitada de mão-de-obra sustenta-se nas esposas e filhas das famílias, no excesso de nascimentos sobre os passamentos, e no trabalho tornado ocioso em virtude dos ganhos de eficiência do setor moderno. Portanto, em termos empíricos, Lewis rejeita a possibilidade de escassez de mão-de-obra. Mesmo que haja engarrafamentos quanto às necessidades de trabalho qualificado, estes ocorrem apenas como movimentos de curto prazo, e que são eliminados por meio de treinamento e manutenção de fluxos migratórios. Assim, "à medida que aumenta a disponibilidade de capital, aumenta o ingresso de trabalhadores do setor de subsistência no setor capitalista, e sua produtividade média também aumenta, como resultado de sua movimentação de um ao outro setor." (p.147). Mas deve-se ter presente que o setor capitalista não é "tenuemente distribuído", havendo, ao contrário, "ilhas" de graus variáveis de produtividade⁵.

O nível de salário é determinado pela produtividade no setor de subsistência (p.148-9). A migração para o setor capitalista ocorrerá sempre que um trabalhador do setor de subsistência possa ganhar maior salário real do que ele "seria capaz de consumir" se permanecesse no setor de

¹Deve-se enfatizar que esta concepção de investimento traz implícita a idéia de que rico poupa mais do que pobre, o chamado *widow's cruse* pós-keynesiano.

²A rigor, essas possibilidades podem ocorrer simultaneamente.

³Esta e as demais traduções são de minha autoria.

⁴Traduzir *casual* por informal se deve à doutrinação que recebi sobre a consciência de um "informal urbano", consciência que emergiu na economia do desenvolvimento a partir dos anos 70.

⁵Isto por si só deve permitir que se entenda que os modelos duais são apenas o caso extremo de uma gama enorme de modelos de multi-setores, cada um com seu grau específico de produtividade.

subsistência. A partir disto, Lewis sugere que a manutenção da baixa produtividade no setor de subsistência é rentável para os capitalistas. O excedente realizado nesses moldes é reinvestido (p.152-3), aumentando o estoque de capital e atraindo mais trabalhadores do setor de subsistência. Caso as novas máquinas assim adquiridas sejam mais produtivas, ocorrem aumentos nos lucros. No entanto, as inovações no setor de subsistência aumentariam os frutos do trabalho nesse setor, gerando mais excedente ou elevando o retorno no setor de subsistência. Nestas circunstâncias, fica clara a necessidade de aumentos salariais no próprio setor capitalista, a fim de que os trabalhadores não retornem ao setor de subsistência.

Lewis também procurou explicar as razões que levam os capitalistas a investir e não a consumir (p.153), aceitando a clássica resposta de Marx, de que "os capitalistas têm uma compulsão a acumular". Ele sustenta que "o problema central da teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo que leva uma comunidade que poupava e investia 4 ou 5% de sua renda nacional a transformar-se numa economia cuja poupança voluntária se situa entre 12 e 15% por ano." (Lewis, 1954:155). Sua resposta para essa questão é que "poupa-se mais porque tem-se mais a poupar"¹. Lewis prossegue afirmando que "praticamente toda a poupança é feita por indivíduos que recebem lucros ou aluguéis" (p.157). Este tipo de aspecto comportamental de seu modelo representou uma tentativa de superar as limitações de explicações unicasais para a desigualdade. Dele originou-se outra tradição na economia do desenvolvimento, no sentido de associar a mudança estrutural em uma economia subdesenvolvida específica com a transformação derivada do impacto de diferentes padrões de distribuição sobre a estrutura de consumo. Assim, alguns dos modelos inseridos nesta tradição contribuem para explicar como a desigualdade influencia o desenvolvimento.

De acordo com Chenery (1983), o modelo dualista de Lewis de 1954 representou uma radical inovação analítica, pois vê que:

"a estrutura inicial da demanda e produção e suas variações ao longo do tempo constituem um aspecto essencial da teoria, em contraste com a teoria neoclássica, para a qual a composição setorial do crescimento é vista como irrelevante [...]. O principal fator vinculando crescimento e mudança estrutural é o tempo requerido por uma economia para se ajustar a mudanças na demanda e na oferta, o que leva a diferenças persistentes nas remunerações dos fatores, dependendo de seus usos. Os hiatos mais difíceis de serem cobertos localizam-se nos complexos fenômenos demográficos, tais como a transição de uma sociedade com alta a baixa taxa de migração da área rural para a urbana, sendo que ambos ocorrem ao longo de várias gerações. Hiatos de dez ou mais anos são comuns para a adaptação de vantagens comparativas, particularmente quando estas requerem deslocamentos das exportações de produtos primários para produtos manufaturados leves envolvendo um conjunto de infra-estrutura e trabalho

¹ Aqui aparece o lado amargo da lição do *widow's cruse*. Durante os anos 90, a poupança nacional do Brasil caiu tanto, que beirou o limite superior identificado por Lewis (ou seja, de um máximo de 25% para 15%). Concentração pessoal da renda enorme e com tendência ao crescimento pode sugerir que essa idéia de *widow's cruse* não vale para países de industrialização tardia, e que a forma de se elevar a poupança no Brasil seria precisamente redistribuir a renda...

qualificado bem diferente." (Chenery, 1983:855).

Novos traços foram incorporados ao modelo de Lewis por Taylor & Bacha (1976), que construíram um modelo destinado a explicar a "espiral desigualitária". Seu modelo sugere que um setor moderno, constituído por trabalhadores qualificados consumindo bens de luxo, é responsável pelo investimento, enquanto que os trabalhadores não qualificados, consumindo bens da cesta básica, localizam-se no setor tradicional. Ademais, este modelo sugere que os trabalhadores qualificados poupam mais do que os não qualificados, enquanto que as firmas são induzidas a empregar mais trabalhadores qualificados do que não qualificados. Nestas circunstâncias, geram-se as poupanças necessárias ao financiamento de seu investimento. O funcionamento deste modelo parte do aumento do investimento, que implica mais emprego de trabalhadores qualificados, pois a demanda por bens suntuários exige mais investimentos. Assim, geram-se poupanças adicionais, colocando a espiral em funcionamento. A evasão do estado estacionário que emerge como uma consequência da "modernização" generalizada deve ser procurada no aumento da produtividade do setor moderno.

Por outro lado, enquanto que o vazamento de trabalho do setor tradicional para o moderno persistir, as diferenças na distribuição pessoal da renda devem manter-se. Na economia capitalista caracterizada pela concentração da propriedade privada dos meios de produção, a concentração da renda ocorre com o crescimento econômico. Com efeito, crescimento implica dizer que o setor moderno cresce mais do que o tradicional, onde a parcela dos lucros é zero, ao contrário do moderno. Como foi sugerido por Reder (1969:208), nas economias atrasadas, a concentração da renda não pode ser muito elevada, pelo fato de que nelas o padrão de vida já é bastante próximo do nível de subsistência.

Estas considerações permitem a construção do nexó entre crescimento econômico e distribuição da renda, através do uso dos modelos dualistas. Examinam-se a seguir esses vínculos em dois momentos. O primeiro, tratado com mais brevidade, consiste na viabilidade empírica de se fazer o contraste entre os setores moderno e tradicional. Kanbur & McIntosh (1988:85), trabalhando sobre os resultados de Simon Kuznets, sugerem que uma economia que experimenta o processo de modernização tem seu emprego na Agricultura caindo de 70% a 20% do emprego total, uma queda de 50% a 15% na contribuição da Agricultura para a formação da renda, um aumento geral da produtividade, o aumento da taxa nacional de poupança *à la* Lewis, declínio nas taxas de natalidade e mortalidade, e um movimento de redução da desigualdade na distribuição da renda.

O segundo momento, emergente a partir do modelo de Lewis como foi acima acentuado, consiste na conceptualização da relação de interdependência entre crescimento e distribuição. Existe um verdadeiro programa de pesquisa na economia do desenvolvimento investigando a proposição de que não apenas o desenvolvimento econômico influencia a desigualdade, mas também que a desigualdade pode moldar o padrão de desenvolvimento, particularmente na industrialização de um país. Este segundo ponto será aprofundado na próxima seção, no contexto do modelo estruturalista, sendo epitomizado pela linha geral da obra de Celso Furtado.

No momento, serão discutidas as tentativas feitas por diversos autores para estudar sistematicamente a forma como o desenvolvimento econômico pode influenciar a desigualdade¹,

¹Pode-se reduzir as causas da desigualdade, pelo menos, aos seguintes itens: natureza da propriedade fundiária e dos ativos industriais, nível de educação, diferenças na produtividade entre a agricultura e a indústria, relação de termos de intercâmbio entre a agricultura e a indústria, magnitude do desemprego, estrutura etária da

começando com o prolífico trabalho de Kuznets (1955). A chamada curva de Kuznets, em forma de U invertido, descreve a relação entre renda per capita e desigualdade, indicando que a desigualdade inicia pequena, cresce à medida que o processo de desenvolvimento econômico toma impulso, eleva-se por certo tempo, alcança um máximo, começando, então, a decrescer.

Para ele, a partir de certo estágio de desenvolvimento, reduz-se a concentração da renda pessoal, pois daí em diante a renda per capita real das camadas mais baixas da população cresce mais rapidamente do que a das camadas mais altas. Generalizando sua observação de um elenco de países e períodos, ele sustenta que esta tendência de redução da desigualdade ocorreu não apenas devido à ação de um mecanismo automático, mas também como consequência da "organização dos trabalhadores e das leis sociais que inibiram uma exploração excessiva." (Kuznets, 1955).

Críticos do modelo de Kuznets levantaram argumentos tanto empíricos como teóricos voltados a anular a importância das regularidades encontradas entre o crescimento econômico e a distribuição da renda¹. Em primeiro lugar, sob o ponto de vista empírico, diz-se que os dados usados para mensurar tanto a desigualdade como o crescimento são inadequados. Ademais, sugere-se que, nos dados de tipo corte transversal, é difícil criar-se uma medida de desenvolvimento que abranja um leque de países tão dispar quanto a Argentina e o Zaire. Por fim, sustenta-se que as estimativas da curva com parábolas de segundo grau não permitiriam que os países desenvolvidos mostrassem novas tendências desigualitárias após certo ponto.

Em segundo lugar, sob o ponto de vista teórico, a natureza dos dados pode ser contestada com base em novos argumentos. Por exemplo, pode-se indagar se a idéia de estudar o crescimento econômico usando dados de corte transversal a fim de identificar padrões de desenvolvimento em base *a priori* é ou não legítima. Em outras palavras, indaga-se da validade de se lançar mão de dados de corte transversal, a fim de estudar diferentes tipos de formações capitalistas. Ademais, toda a discussão tem a ver com os limites impostos pela aparência de dados fenômenos à compreensão de regras gerais descritoras dos mecanismos fundamentais de cada formação. Claramente, não se pode esperar uma resposta definitiva a este tipo de argumentação, pois os estudos de caráter histórico, empírico ou teórico têm tradicionalmente apresentado a mesma importância na geração do conhecimento econômico. Seu maior ou menor sucesso depende precisamente do problema a ser equacionado, o mesmo se podendo dizer da utilidade relativa dos dados de série temporal comparativamente aos de corte transversal.

Com efeito, muitos autores usam dados de corte transversal sob a justificativa de que, neste contexto, torna-se muito difícil postular a manutenção de constância de todos os fatores entre as diferentes observações, de modo que as tendências capturadas por este tipo de dado constituem-se no resultado de um processo de ajustamento de longo prazo. De fato, este contexto garante elevada probabilidade de que os movimentos de longo prazo estejam efetivamente sendo detectados. O exame da essência do fenômeno oculto por detrás da curva de Kuznets deveria, assim, permitir o esclarecimento de diferenças iminentes entre as várias trajetórias do desenvolvimento econômico. Todavia, esperar, a partir desses tipo de evidência, identificar as razões que levaram países específicos a não seguirem o padrão geral já é pedir demais às

população, ingressos de capital estrangeiro, composição racial e sexual da população, e disponibilidade de recursos naturais.

¹Ver em Bacha (1979) uma *survey* sobre estas críticas, e uma avaliação equilibrada de todo o debate. Mais modernamente, pode-se examinar o trabalho de Anand & Kanbur (1993).

possibilidades da análise de regressão¹. A fim de detectar as causas, necessita-se de um instrumental analítico muito mais poderoso, pois ainda permanecem dois elos perdidos.

O primeiro diz respeito à tradicional racionalização do pensamento estruturalista destinado a avaliar a distribuição dos ganhos do progresso técnico e do comércio internacional por parte da "periferia", através do exame de variações de preços relativos. Este tema será aprofundado na próxima seção. O segundo elo perdido diz respeito à tentativa de compreensão da relação entre crescimento e distribuição derivada de um instrumental analítico diverso da curva de Kuznets, nomeadamente, através do estudo de casos específicos.

Dentro desta tradição, o desempenho em termos de crescimento econômico dos chamados Tigres Asiáticos foi considerado como o arquétipo da associação entre crescimento e igualdade². Fajnzylber (1988, 1989) foi o primeiro a comparar essas experiências com o contexto latino-americano. Nesses dois trabalhos, Fajnzylber sugeriu que a experiência dos países latino-americanos pode ser caracterizada pela inserção desses países em três "caixas". Países como a Bolívia ou o Peru caracterizaram-se por baixo igualitarismo e baixo dinamismo; a Argentina e o Uruguai apresentaram alto igualitarismo e baixo dinamismo; e o Brasil e o México mostraram tanto as características de dinamismo como de desigualdade. Nenhum país latino-americano postou-se na "caixa" característica de alto dinamismo e alto igualitarismo, configurando, assim, uma "caixa vazia". Em sua visão, este tipo de situação foi gestada por sociedades centralizadas, em que a criação de tecnologia é exógena a seus sistemas econômicos. A ausência de um "acordo estratégico" entre os governos, o empresariado dinâmico e os sindicatos não incentiva o desenvolvimento de atividades criativas destinadas a melhorar o nível de bem-estar desses países.

Parece que, depois da investida neo-liberal dos anos 80, o consenso internacional tende a associar positivamente crescimento e equidade. Com efeito, os modelos de crescimento induzido pelas exportações seguidos por "economias pequenas" como Taiwan, Singapura, Coreia e Hong Kong conseguiram gerar pleno emprego da mão-de-obra, retendo a desigualdade em níveis relativamente baixos. Não resta dúvida de que sua estratégia de crescimento voltado ao exterior sobrepôs-se à industrialização por substituição de importações. Tem-se argumentado, a respeito de seu sucesso, embora sem a busca específica de estratégias igualitárias, a proeminência da política econômica na dinamização econômica³. A este respeito, vale a pena resgatar as lições dadas pelo grande economista argentino Raúl Prebisch, que há 60 anos insistia na industrialização como panacéia dos problemas econômicos da "periferia"⁴.

Em tempos mais recentes, Persson & Tabellini (1993) apresentaram um tipo de explicação diferente para a associação entre crescimento e distribuição. Eles criaram um modelo inserido na tradição neoclássica, usando dados de corte transversal. Tal modelo lhes permitiu testar empiricamente a associação observada entre o progresso econômico e o igualitarismo. Sua

¹ Este tipo de observação é um verdadeiro breve em favor do ecletismo: o pluralismo metodológico envolve o uso tanto de métodos quantitativos como de qualitativos. Em termos quantitativos, a nova econometria da cointegração, a meta-análise e a análise de múltiplos níveis não podem ser negligenciadas como promissoras formas de geração de conhecimento econômico.

² Recentemente, lançaram-se dúvidas sobre a qualidade das estatísticas descritoras da distribuição da renda nos países do Sudeste da Ásia. Ver Moll (1992), que apresenta um artigo interessante sobre as dificuldades para o exercício de contabilidade nacional de boa qualidade nos países em desenvolvimento.

³ Ver Haggard (1990), Kim (1990) e Kwon (1990) para balanços interessantes dos desempenhos desses países.

⁴ O Dr. Gabriel Palma, em conferência pronunciada em 1991 no Seminário Latino-Americano do St. Antony's College de Oxford, salientou este traço do pensamento de Prebisch, sugerindo, com alguma ironia, que quem lhe seguiu o conselho foram os Tigres Asiáticos, e não os destinatários originais da lição.

sustentação teórica deriva da proposição de que a acumulação de capital humano e físico, vale dizer, a elevação da produtividade total dos fatores, é favorecida em sociedades que possuem reduzido conflito distributivo, de modo que neste contexto o igualitarismo, por reduzir esse conflito, promove o crescimento. Dois anos depois, Bowles & Gintis (1995) apresentaram novas teorizações sobre o tema, enfatizando a relação entre igualitarismo e produtividade, conforme é mencionado com mais vagar na Seção 4 abaixo.

3. ESTRUTURALISMO E PRODUTIVIDADE

A avaliação promovida pela escola estruturalista sobre o desenvolvimento econômico da América Latina na primeira metade deste século partiu da concepção de que os abalos que periodicamente desestabilizavam as economias dos países que a compõem originaram-se de seus vínculos com os países industrializados. Dizia-se que os países latino-americanos eram pobres, exportavam principalmente produtos agrícolas, e importavam principalmente produtos industrializados, cujos produtores eram ricos. Ademais, lançou-se um grande desafio à então estabelecida teoria das vantagens comparativas destinada a explicar o comércio internacional. Dizia-se que a industrialização era o principal fator responsável pelo crescimento econômico, sendo portanto a condição indispensável para que estas economias pudessem oferecer melhores padrões de vida a suas populações.

Assim, a industrialização começou a ser percebida como a solução dos problemas econômicos da América Latina, sendo a única estratégia capaz de dinamizar essas economias, de modo que o resultado final desse processo fosse o desenvolvimento. Em um nível razoável, estas metas foram alcançadas, de modo que países como a Argentina, o Brasil, o Chile, o México, e mesmo o Peru transformaram-se num tipo de "Inglaterra tropical"¹.

Sem maiores delongas, todavia, ficou claro que a industrialização não seria nenhuma panacéia para os males do subdesenvolvimento brasileiro ou mexicano, particularmente no que dizia respeito à desigualdade. Nestes países, pode-se argumentar que problemas de desigualdade sempre existiram, em virtude da concentração da propriedade fundiária, mas que seus efeitos não foram claramente percebidos, pois a própria renda per capita era relativamente baixa. No entanto, crescentemente começou-se a perceber o caráter sistemático de uma relação inversa entre crescimento econômico e distribuição da renda. Percebida essa relação, alguns analistas procuraram justificá-la em termos do comportamento proposto pela curva de Kuznets: apenas uma fase necessária do crescimento econômico. Este é o já mencionado raciocínio da *widow's cruse*, sustentando que a concentração da renda favorece a criação de poupanças.

Na trajetória da busca de melhores explicações para o fenômeno do subdesenvolvimento, duas outras abordagens emergiram nos anos 60. Partindo do reconhecimento keynesiano da importância da demanda efetiva, a função consumo macroeconômica pode ser vista como a revolução na modelagem da relação entre a geração e a distribuição da renda e do consumo, conforme postulou Miyazawa (1960, 1976). Este autor trabalhou com o modelo de insumo-produto, acrescentando a suas suposições de caráter tecnológico (i.e., proporcionalidade entre insumos e produtos) uma nova suposição comportamental. Sua inovação consistiu em criar uma "ponte" entre a produção setorial, a geração da renda, a demanda final setorial e novamente os requisitos diretos e indiretos da produção necessários ao atendimento dessa demanda final.

A segunda linha de pesquisa merecedora de referência no presente contexto é o trabalho de

¹Esta expressão é de Castro, P.R. (1979).

Johansen (1960), que deu particular atenção ao componente multi-setorial, iniciando a tradição da construção de modelos de equilíbrio geral computável¹. Estes modelos reconstróem as ligações entre os diferentes mercados microeconômicos de uma economia. Com isto, eles permitem o exame dos vínculos estruturais entre os diferentes mercados, e a forma como os desequilíbrios se transferem de um mercado a outro, gerando diferentes estruturas de produção, distribuição e consumo.

Mesmo tendo emergido bastante distanciadas da tradição estruturalista da CEPAL, algumas das idéias de Miyazawa e Johansen podem ser rastreadas a ela. Destaca-se como contraste o tratamento matemático e econométrico dispensado por esses autores. Com efeito, a própria definição de estruturalismo implica centrar a atenção no exame da relação entre as partes constituintes de certos todos nos quais elas se inserem. Quando as partes de um sistema são postas em conjunto, criando um todo coerente, pode-se identificar o padrão descritor da emergência e forma de articulação dessa relação. Em termos de um modelo multi-setorial², estruturalismo significa proceder-se ao exame de atividades específicas e de suas relações com o comportamento de todo o sistema.

A partir dos anos 70, a modelagem multi-setorial passou crescentemente a ser usada pelos economistas estruturalistas e seus sucessores, com o objetivo de estudar a relação entre crescimento e desigualdade³. Claramente, esta relação pode ser examinada sob dois pontos de vista. O primeiro, tratado na seção anterior, diz respeito à influência do crescimento sobre a desigualdade. O segundo diz respeito à influência da desigualdade sobre o crescimento⁴, tendo sido elaborado em diversos estudos feitos por economistas brasileiros. Com efeito, a falta de dinamismo da economia brasileira associado à redução no ritmo do processo de substituição de importações na metade dos anos 60 levou alguns estudiosos a acreditar que as economias latino-americanas estavam fadadas à estagnação. Baer & Maneschi (1969) e Furtado & Maneschi (1968), entre outros, insistiram na interpretação de um caráter intrinsecamente viciado da industrialização latino-americana: a concentração da renda criou um mercado para bens de luxo importados, sendo que o processo de substituição de importações, depois de um período de crescimento acelerado, perderia seu ímpeto, sobrevivendo a estagnação.

Qualificando e atualizando o ponto de vista de Furtado (1969), no entanto, Tavares & Serra (1972) sugeriram que a concentração era a causa do ciclo expansivo da economia a partir de 1967, cujo final ocorreu, pode-se acrescentar, em 1973. Sua interpretação consiste em afirmar que a concentração da renda levou a um deslocamento da demanda para bens originários das indústrias dinâmicas. Assim, seu crescimento ocorreu a taxas maiores do que as da média da economia. Por contraste, trabalhando com uma modelagem contra-factual, outros economistas da CEPAL sugeriram a existência de uma relação inversa: redistribuições da renda em favor de grupos menos favorecidos iriam incentivar a produção das indústrias tradicionais. Como estas indústrias são trabalho-intensivas e pouco intensivas em insumos importados, este deslocamento iria favorecer

¹Bandara (1991) é uma recente e interessante *survey* sobre este tema.

²Não deixa de conter certa ironia o fato de os economistas estruturalistas, exímios contabilistas nacionais, terem dedicado tão pouca atenção à montagem de tabelas de insumo-produto. Talvez isso se devesse a sua forma "exogenista" de visualizar o desenvolvimento econômico da América Latina.

³Ver Furtado & Maneschi (1968) e Lopes (1969, 1972), para o exame matemático dessa relação. Autores como Tavares, Furtado e Pinto não se preocuparam com a modelagem matemática, sendo que esta retornou com os trabalhos empíricos de Locatelli (1985), Bonelli & Cunha (1982) e Fonseca & Guilhoto (1987).

⁴Ver Tyler (1973), Paukert et al. (1976) e Adelman & Robinson (1988).

um crescimento auto-sustentado¹.

Anibal Pinto (1976) construiu um modelo seguindo linhas paralelas a essas. A fase de crescimento voltado às exportações de produtos agrícolas ou minerais criou uma estrutura econômica dualística, a que se seguiu uma "heterogeneidade estrutural", na fase da industrialização substitutiva de importações. A heterogeneidade estrutural caracteriza-se por enormes graus de diferenciais de produtividade inter- e intra-setores. Estes diferenciais, de acordo com Bacha (1979:60), são ainda maiores do que os apontados por Kuznets (1955) no que diz respeito aos atuais países desenvolvidos. O processo de industrialização da América Latina não foi "gradual e contínuo", e não emergiu como uma consequência da modernização da Agricultura. Ademais, a tecnologia era importada dos países centrais, onde seu surgimento provocou enormes aumentos de produtividade. Na América Latina, cujo crescimento populacional era bastante robusto, esses diferenciais no crescimento inter-setorial na produtividade do trabalho estavam destinados a criar maior concentração da renda, caso se admita que os fluxos inter-setoriais de trabalho e de capital ajustam-se lentamente aos sinais emitidos pelo mercado. Portanto, parte dos benefícios provocados pelo crescimento elevado da produtividade costumam ser mantidos internamente a esses setores, na forma de maiores salários ou de maiores lucros, sem serem repassados aos consumidores na forma de menores preços.

Como foi salientado na seção anterior, os estudos do tipo corte transversal mundial receberam novo empuxo com os trabalhos de Fajnzylber (1988, 1989), quando emergiu a figura das "caixas vazias" na América Latina: nenhum país combinou crescimento rápido com performance redistributiva. Com efeito, os autores vinculados à escola estruturalista sustentam que o processo global de crescimento foi viciado, por ter elevado a concentração na distribuição pessoal da renda. Por exemplo, na visão de Furtado, a evolução econômica do Brasil considera que o modelo de crescimento baseado nas exportações de matérias-primas levou ao aumento da produtividade e à expansão e diversificação dos padrões de consumo de reduzida parcela da população. Desses novos padrões de consumo, teriam emergido o processo de industrialização por substituição de importações, quando os padrões de consumo dos países desenvolvidos eram mimetizados². Criado o mercado para certos bens de luxo de baixa complexidade tecnológica, firmas locais puderam dedicar-se a sua produção, mesmo que importando a tecnologia necessária dos países centrais. Essa situação levou tanto à dependência (via controle do comércio internacional pelos países centrais) como à criação de um mercado formado pelas "elites modernizantes".

A fim de explicar este tipo de fenômeno, em 1949, Raúl Prebisch desenvolveu seu modelo dualista, contemplando a Agricultura e a Indústria. Oswaldo Sunkel³, outro importante economista da CEPAL, escrevendo em 1971, incluiu nos modelos dualistas a influência das companhias multinacionais: suas técnicas capital-intensivas iriam dividir a população em uma minoria "internalizada" e o restante de pessoas, trabalhadores, classes médias e empresários nacionais "marginalizados".

Neste contexto, deve-se deixar claro que não foram apenas os autores latino-americanos que se dirigiram a essas questões. Hirshman (1973), discutindo "a falência da velha economia do

¹Quase um quarto de século depois, dispondo de matrizes de insumo-produto para a economia brasileira, Béni (1995a) procurou modelar estas proposições.

²A mais emblemática dessas fusões encontra-se na noção de se consumir "chiclete com banana", como registra o cancionista nacional.

³Ver Cline (1975:371).

desenvolvimento, baseada em taxas de crescimento, industrialização e assistência internacional" propôs sua substituição por um corpo teórico que abrangesse a distribuição da renda, o emprego, e o desenvolvimento sustentável. A proposição central desse autor é que a idéia de crescimento balanceado é fictícia, sendo que este conceito deve ser substituído pela idéia de crescimento desequilibrado. Tal idéia significa que novos investimentos na produção devem gerar tensões devidas à falta de infra-estrutura e, assim, forçar os governos a fazerem investimentos adicionais.

Por outro lado, Rostow (1956, 1959) associou a idéia de *take off* com a quebra secular da importância econômica relativa da Agricultura ou Mineração, em termos de geração de valor adicionado, colocando toda a ênfase na atividade de transformação. Dentro desse marco, Reynolds sugere que

"a decolagem ocorre após uma aceleração da produção agrícola ou mineral, e uma elevação da participação do comércio. A elevação da renda resultante da atividade exportadora expande o mercado nacional para manufaturas, mas a resposta inicial origina-se principalmente das oficinas artesanais e das pequenas indústrias rurais. Geralmente, observa-se um hiato de várias décadas antes que a produção industrial se torne importante." (Reynolds, 1983:943).

A esta altura, pode-se estilizar a questão do desenvolvimento econômico no terceiro quartil do Século XX, associando ao deslocamento da população empregada no setor agrícola de baixa produtividade à Indústria de Transformação, caracterizada por enormes possibilidades de ganhos de produtividade. Claramente, este foi um dos grandes *insights* de Adam Smith, que retirou da Agricultura a primazia na alocação do trabalho social, ao perceber que a Indústria contemplava possibilidades inauditas de expandir a divisão do trabalho, aumentar sua produtividade real e transferir os ganhos monetários dessas conquistas aos consumidores (intermediários ou finais) de seus produtos, via redução dos preços dos produtos por ela vendidos.

O final dos anos 60, contudo, já começava a mostrar os primeiros sinais de um novo modelo de produção social. A próxima seção procura explorar este ponto, dando destaque à expansão mais que proporcional do setor Serviços. Por ora, cabe referir as primeiras teorizações feitas a este respeito. Em 1967, William Baumol publicou um influente artigo em que discutia o endividamento das prefeituras das grandes cidades americanas, prestadoras dos tradicionais serviços de coleta de lixo, saneamento, organização do trânsito e outros.

Existe certa semelhança entre o modelo de Lewis acima descrito e o de Baumol (1967), em termos da colocação da ênfase nos diferenciais inter-setoriais de produtividade. No setor Serviços do modelo de Baumol, a produtividade cresce menos do que nos demais setores, enquanto que o modelo de Lewis possui um setor tradicional no qual os ganhos de produtividade são desprezíveis. O modelo de Baumol, chamado de "modelo da infecção de custos" por Williamson (1991:59-60), sustenta que os preços relativos dos setores com produtividade estagnada aumentam com relação ao resto da economia, infectando os demais setores, ou seja, provocando novos e generalizados aumentos de custos.

Baumol (1986:1082) alerta para o fato de que o crescimento da produtividade destrói postos de trabalho, elevando assim o desemprego. Ele sugere que a economia aberta, na qual a produtividade cresce menos do que no resto do mundo, cede empregos para as demais, reduz o papel da indústria nacional, e cria dificuldades no balanço de pagamentos. No entanto, já se salientou que ganhos de produtividade podem ser transferidos aos consumidores via reduções de preços. Neste caso, os consumidores nacionais se beneficiam mesmo dos ganhos de produtividade

verificados na indústria do resto do mundo.

Este rumo da argumentação redireciona a análise para o exame do vínculo entre produtividade, preços e distribuição da renda, o que vem sendo feito tradicionalmente pelos economistas estruturalistas. Todavia, deve-se insistir que essa tradição nunca esqueceu de enfatizar a dimensão interna dos países latino-americanos, cabendo mencionar sua forte diatribe contra a estrutura fundiária vigente nestes países. Aníbal Pinto reincorporou o aviso de Lewis, em termos de não se tomar o dualismo muito ao pé da letra, considerando a idéia geral de modelos duais como uma inovação importante, em termos da tradição neoclássica.

A própria idéia de uma divisão profunda entre os setores moderno e tradicional nada mais é do que uma super-simplificação, porque as economias monetárias atuais apresentam um *continuum* na produtividade dos diferentes setores. Em particular, deve-se insistir que a classificação tradicional da economia nos setores agrícola, industrial e de Serviços não deve ser considerada como sinônimo de setores moderno e tradicional. Com efeito, a migração rural-urbana criou não apenas um mercado especial para os serviços urbanos de baixa produtividade, como também reforçou e expandiu o caráter tradicional de muitos serviços, particularmente, os de caráter pessoal¹.

A visão tradicional dos economistas estruturalistas baseia-se fundamentalmente na idéia da retenção dos frutos do progresso técnico (i.e., dos aumentos de produtividade) pelos países capitalistas avançados. Sua formulação analítica recua a 1948, com o famoso relatório escrito por Raúl Prebisch² para a ONU, em que este também contesta a validade universal da teoria das vantagens comparativas: ao invés de reduzir os preços das mercadorias vendidas pelos países capitalistas avançados, quem se elevou foram os ganhos dos trabalhadores, que absorveram todos os benefícios do progresso técnico.

Em resumo, pode-se dizer que a ênfase nas idéias de heterogeneidade estrutural e dependência se constituíram numa consequência lógica da busca por maior poder de explicação, adicionalmente, à economia dualista, remetendo a economia do desenvolvimento ao mundo dos modelos multi-setoriais.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO E SETORIALIZAÇÃO

A inovação trazida por Miyazawa (1960) em termos da associação da atividade produtiva setorial à distribuição da renda mostra o consumo derivado dessa distribuição realimentando o processo via ação sobre a estrutura produtiva. As interconexões intermediárias trazidas pelo modelo de insumo-produto são fundamentais para a compreensão das diferentes dimensões de um sistema econômico, pois determinam tanto a fração da receita total a ser usada para remunerar os fatores primários de produção, como a distribuição funcional da renda. Esta é uma das determinantes da distribuição pessoal da renda e, assim, os padrões de consumo da população. Capturando essas relações, o modelo de insumo-produto é um instrumento de grande utilidade na tentativa de se descrever o processo econômico³.

De fato, a economia do insumo-produto tem recebido o mais amplo uso por parte dos

¹Os clássicos modernos no estudo da migração rural-urbana são Todaro (1969) e Harris & Todaro (1970).

²A semelhança entre a abordagem de Prebisch (1949) e a de Baumol (1967) pode ser adivinhada pela seguinte frase do segundo: "[...] assim, os países em que as taxas de invenção são relativamente elevadas parecem também contar com taxas de salários relativamente elevadas" (Baumol, 1986:1078).

³Volta-se a remeter o leitor para Bérni (1995b), onde é mostrado como o modelo de insumo-produto descreve as três dimensões do trabalho social.

economistas, uma vez que ela é muito flexível, prestando-se à construção dos mais variados modelos teóricos. Tomando de empréstimo uma expressão do jargão econométrico, pode-se dizer que a **especificação** do modelo ganhou importância crescente desde os anos 60, merecendo atenção especial os trabalhos que buscam relacionar teoricamente as três óticas de cálculo do valor adicionado.

Os modelos multi-setoriais permitem o estudo dos engarrafamentos setoriais e a explicitação das diferenças setoriais obviamente descuidadas pelos modelos dualistas. Por exemplo, pode-se perceber na visão caleidoscópica da atividade produtiva o contraste entre setores, como os Transportes e a Agricultura. Pode-se investigar, por exemplo, se os elevados ganhos de produtividade nos primeiros vêm sendo distribuídos aos trabalhadores, na forma de salários mais elevados, enquanto que a parcela salarial na Agricultura pode ser consequência de uma composição do excedente excessivamente carregada de pagamentos de juros ou de aluguéis.

As críticas à concepção puramente dualista do crescimento econômico, ou seja, de uma economia constituída exclusivamente de um único setor tradicional e um único setor moderno, marcam assim um tento importante. Em particular, são enormes as vantagens analíticas de se poder contrastar diferentes graus de modernização dos setores econômicos possuidores de baixa produtividade e crescimento lento com setores de elevada produtividade e crescimento rápido. Com efeito, com mais de 200 anos de Revolução Industrial, a transformação da atividade produtiva e o extraordinário aumento paralelo experimentado pela produtividade do trabalho transformaram profundamente os padrões de produção e consumo do mundo contemporâneo. No presente século, essa revolução provocou profundas mudanças na administração, nas relações de trabalho, e nos processos de distribuição e venda das mercadorias. Tão grande foi sua influência sobre as estruturas de praticamente todos os países do mundo que a caracterização de um país como efetivamente industrializado exige algum cuidado, em virtude do que se convencionou chamar de "economia de enclave".

Mas também se pode argumentar que, por mais insular que seja o enclave, algum vazamento ocorre ao longo do tempo, de modo que pressões modernizadoras começam a fazer-se sentir em alguns ramos industriais e em serviços como bancos, comunicações e hotelaria¹. Todavia, este movimento contribui precisamente para a constituição da heterogeneidade estrutural. Com efeito, o contraste entre o nível de organização, produtividade, qualidade, padrão sanitário, etc., entre setores modernos, como os transportes aéreos, e a vida dos varejistas nos centros comerciais, com a travessia de rios com balsas ou a venda de passarinhos à margem das estradas.

Cerca de 200 anos foram suficientes para que se completasse todo o ciclo industrial: emergência, desenvolvimento, consolidação e decadência. Pode não ser pura coincidência o fato de que a Inglaterra, depois de ter sido o berço da Revolução Industrial, viu surgir a problematização do fenômeno da desindustrialização. Esta pode ser entendida como a queda do emprego na Indústria de Transformação com simultâneo aumento da produção e da inserção desse país no comércio internacional. Considerando que, nos países capitalistas avançados, o emprego agrícola foi, há muito tempo, relegado a um volume inexpressivo do emprego total, a consequência aritmética da redução do emprego industrial foi a elevação do emprego no setor Serviços. Naturalmente, esta seria uma consequência benévola e até desejável dos deslocamentos

¹ A noção de dualismo é poderosa até para contrastar a rapidez da penetração da tecnologia moderna na vida econômica com a lentidão de uma tecnologia tradicional no encaminhamento do conflito político.

setoriais do trabalho social, uma vez que tais deslocamentos estariam acompanhando as modificações ocorridas na produção de mercadorias. Em boa medida, o que este movimento está testemunhando é a ação da lei de Engel, ou seja, as quantidades demandadas dos produtos agrícolas e, em seguida, dos industriais, experimentam aumentos menores do que os aumentos na renda dos consumidores.

Todavia, não se deve confundir o fenômeno da desindustrialização com o da terceirização. Este diz respeito ao aumento da integração vertical (um fenômeno que ocorre com negociações inter-firmas). Já chegou aos livros texto de microeconomia um novo ramo da ciência econômica. Ele floresce em torno do conceito de custos de transação, o construto racionalizador da decisão entre comprar ou produzir insumos. Dizer que uma indústria se terceiriza pode ser uma contradição semântica, mas não fere a lógica econômica: uma empresa calçadista pode terceirizar-se comprando os cabedais de outra firma calçadista, ou contratando os serviços de um escritório de contabilidade. A fronteira contemporânea desse tipo de organização é epitomizada pelo chamado "modelo Suarez", da empresa Volkswagen, que, na Alemanha, tem cedido suas instalações para que firmas integradas a montante se instalem e produzam os insumos incorporados, sem custos de transportes, estocagem e outros, pela montadora de automóveis.

Assim, o crescimento do setor Serviços não pode ser confundido com o aprofundamento do processo de integração vertical. O primeiro manifesta uma transformação de caráter muito mais profundo na organização econômica dos países capitalistas avançados. Por analogia às macro-transformações conhecidas como Revoluções Agrícola e Industrial, alguns economistas começaram a detectar sinais de uma "terceira onda", uma era de harmonia e prosperidade, em que o progresso vai beneficiar mesmo aos segmentos atualmente despossuídos dos países pobres¹.

Em termos menos oníricos, mais mundanos, parece que o novo movimento rumo à predominância do setor Serviços traz de volta a atenção a uma das mais centrais contradições do capitalismo. A firma individual que produzir mais com menor número de trabalhadores gera lucros extraordinários e se expande mais. Ao mesmo tempo, destruindo empregos, ela aniquila a possibilidade de disseminação do consumo, gerando problemas de crescimento macroeconômico. A questão que parece ingressar na agenda da pesquisa nos próximos anos é a da possibilidade de uma economia se estruturar com enorme divisão do trabalho, enorme produtividade, sobre bases diversas do trabalho, como é o caso da produção de signos e subjetividade². Não se trata apenas de uma questão semântica indagar se tal tipo de sistema econômico, por menos barroco que seja, ainda possa ser chamado de capitalismo. A produção de bens será feita por máquinas. Haverá mercado para tudo³, ressuscitando, como empreendimento lucrativo, a própria caridade... As crescentes necessidades de bens públicos ou de mérito são facilmente atendidas no capitalismo contemporâneo: criou-se o estado. Este cobra impostos e provê sua oferta, terceirizando (ou não) a produção dos serviços que ele próprio provê. O trabalho social convergirá para o setor Serviços de altíssima produtividade, onde o motor do emprego de alguns serão as necessidades de lazer dos

¹Um dos divulgadores deste tipo de especulação é Tofler (1980), um discípulo de Boulding (1966), que tornou essas idéias extremamente populares. Mais recentemente, o empresário americano Bill Gates (1995) passou a falar numa revolução nas comunicações, dentro da qual pode-se esperar novos e espetaculares aumentos de produtividade.

²Ver Guattari (1991).

³Na linha do *ditto* de Marx de que, no capitalismo, tudo vira mercadoria, inclusive a honra, o lixo hospitalar, rins, corações e - por que não? - fragmentos de unhas.

demais¹.

O desempenho produtivo de 200 anos de produção industrial comprometeu o meio-ambiente, mas parece que "proteção ambiental" também já virou mercadoria nos países desenvolvidos e, como tal, também virou promotora de signos e subjetividade². Por contraste, o desempenho distributivo (e, com ele, a disseminação do consumo) foi de uma mediocridade sepulcral. Por mais neo-liberal que tenha sido o discurso dos arautos do capitalismo europeu nos anos 80, e por mais danosos que tenham sido os baques causados nos sistemas educacional, de saúde, previdenciário, etc., os deslocamentos setoriais na alocação de mão-de-obra são visíveis: menor jornada de trabalho e mais emprego público, e assim mais serviços e mais lazer³. Tal comportamento pode ser mimetizado pelos países recentemente industrializados, como o Brasil. O primeiro passo é garantir a oferta mínima de 300 milhões de refeições por dia para sua população. Na verdade, o desafio não é tão dramático, pois fome e desnutrição achincalham com menos de 30% do rebanho de almas nacional.

A ilimitabilidade da troca, da produção de mercadorias e de signos e subjetividade permitiram ao capitalismo destruir as formações econômico-sociais escravista e feudal, para não se mencionar a contaminação provocada no experimento socialista soviético. Ademais, depois da chamada Revolução Comercial, o capitalismo também engendrou ou absorveu uma segunda revolução: a industrial. Hoje, seu desafio consiste em acomodar a contradição existente entre a redução do valor embutido nas mercadorias que assumem a forma de bens e a crescente transformação dos signos e subjetividade em novas mercadorias despidas de valor mas com preços e espaço garantido no mundo das trocas.

Por tudo isto é que a ênfase na importância do crescimento setorial da produtividade é uma forma de distinguir desenvolvimento de subdesenvolvimento. Com efeito, a distribuição setorial da magnitude dos coeficientes de produtividade anda lado a lado com o desenvolvimento econômico. Com efeito, pode-se argumentar que a distribuição dos ganhos de produtividade pode ser diferente intersetorialmente. Alguns setores serão mais capazes do que outros em redistribuir seus ganhos entre trabalhadores e consumidores.

A forma como os ganhos de produtividade são distribuídos representa uma das mais importantes questões para se estabelecer o contraste entre uma economia competitiva e uma economia monopolística. Tal consideração traz de volta a discussão das formas de avançar além do dualismo. Uma forma óbvia de se ir além do dualismo consiste em lidar com modelos multi-setoriais, onde as relações entre a produção, distribuição e o consumo sejam feitas funcionalmente explícitas. Precisamente, a incorporação, desdobramento e sofisticação deste instrumental é que vieram a caracterizar a teorização sobre o desenvolvimento econômico nos anos 90, na tradição da construção dos modelos de equilíbrio geral computável⁴. A retomada do trabalho de investigação concernente à relação entre crescimento e desigualdade tem interessante ilustração em português, com o artigo de Birdsall et al. (1995), precedido por Fajzylber (1988, 1989), e sua problematização das questões das "caixas vazias da América Latina". Observa-se notável contraste entre os modelos dinâmicos e igualitários da Nova Ásia e a experiência histórica latino-americana.

¹Inclusive os cassinos hoje corporificados pelos mercados financeiros, na forma de mercados futuros e seus "filhotes" os mercados de derivativos.

²Dizer que tal desodorante ou qual pilha de computador não deteriora o meio ambiente não apenas protege a este mas também favorecerá as vendas.

³Uma quantificação deste tipo de mudança estrutural foi feita em Glyn (1990), in Marglin & Schor (1990).

⁴Ver a já mencionada *survey* de Bandara (op.cit.).

Com relação à Nova Ásia, a intensidade da associação positiva entre crescimento econômico e distribuição da renda, tem novo reforço com o modelo desenvolvido por Bowles & Gintis (1995). Estes autores, usando a moldura da teoria do agente-principal, sugerem que os trabalhadores podem ter maiores incentivos para cuidar melhor dos ativos da empresa se estes lhes pertencerem, o que implica desempenho mais eficiente e, assim, maior dinamismo na economia. Na América Latina, a crise provocada pelos respingos do descalabro financeiro internacional levou a que alguns segmentos dessas sociedades passassem a defender arduamente o não-intervencionismo governamental, como forma de equilibrar o orçamento público. Esta investida neo-liberal contrasta de modo dramático com a experiência dos chamados Tigres Asiáticos. Na Nova Ásia, a explicitação de políticas industriais orquestradas pelos governos, a realização de reforma agrária e o gasto expressivo em educação e outros bens públicos e de mérito sinalizam as enormes potencialidades do igualitarismo para promover o desenvolvimento econômico.

Ademais, a corrida dos países capitalistas avançados em busca de maiores ganhos de produtividade tem seu mecanismo impulsionador diagnosticado por Applebaum & Schettkat (1995). Dando destaque à clássica indagação sobre quais as forças geradas no sistema econômico que o transformam, estes autores sustentam

"[...] o ponto de vista de que as elasticidades da demanda pelos produtos industriais declinou com a elevação da renda e com a acumulação dos bens de consumo durável nas economias industrializadas.

"De acordo com este modelo de desenvolvimento 'pós-industrial', o crescimento do emprego depende da expansão das indústrias com menores taxas de crescimento da produtividade. Uma consequência é que o crescimento do emprego é atualmente extremamente influenciado pelo aparato institucional nacional, incluindo o estado de bem-estar, bem como as instituições do mercado de trabalho." (Applebaum & Schettkat (1995:621).

Sua recomendação de política econômica é vibrante:

"As nações podem optar por alcançar maior eficiência e descobrir os meios de distribuir o modesto crescimento do emprego sobre maiores contingentes da classe trabalhadora, através de mecanismos de compartilhamento de emprego ou de renda." (Idem:622).

Claramente, o hedonismo, ou outro nome qualquer que se queira dar ao fenômeno, sempre levou e continuará levando os homens a substituírem cada vez mais seu trabalho direto destinado à produção de utilidades pelo trabalho acumulado, cristalizado na forma de máquinas¹. Tal substituição implica estrondosa elevação da produtividade do trabalho, precisamente em virtude do fato de que a produção tem caráter social, o que permite aos diferentes integrantes das sociedades humanas a se especializarem em determinadas tarefas. Especialização produtiva implica, *ipso facto*, setorialização da produção, dualismo e ... exclusão social, caso as regras distributivas chanceladas pela sociedade sejam aquelas de associar direitos de consumo à venda de direitos de propriedade sobre meios de produção ou força de trabalho. Hoje, com poucos segundos de manejo de um *mouse*, pode-se produzir um dodecaedro regular de matéria plástica que deixaria qualquer alquimista boquiaberto. Quando o CAD-CAM mimetizar a forma humana,

¹Ver Tauille (1981).

como os andróides do entusiasmante filme Blade Runner, as máquinas darão lições de altruísmo¹, e as regras da distribuição do produto social também passarão a ter uma feição mais humana.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Irma & ROBINSON, Sherman (1988). Income distribution and development. In: CHENERY, Hollis B. & SRINIVASAN, T.N. (1988). *Handbook of development economics*. V.1. Amsterdam: North Holland. p.949-1003.
- ANAND, S. & KANBUR, R. (1993). Inequality and development: a critique. *Journal of Development Economics*. V.41 n.1 p.19- 43.
- APPLEBAUM, Eileen & SCHETTKAT, Ronald (1995). Employment and productivity in industrialized economies. *International Labour Review*. V.134 n.4-5 p.605-623.
- BACHA, Edmar L. (1979). The Kuznets curve and beyond: growth and changes in inequalities. In: MALINVAUD, Edmond ed. (1979). *Economic growth and resources*. V.1. New York: St. Martin's. p. 52-73.
- BAER, Werner & MANESCHI, Andrea (1969). Substituição das importações, estagnação e mudança estrutural. Uma interpretação do caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*. V.23 n.1 p.72-91.
- BANDARÄ, Jayatilleke (1991). Computable general equilibrium models for development policy analysis in LDCs. *Journal of Economic Surveys*. V.5 n.1 p.3-69.
- BAUMOL, William J. (1967). Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. *American Economic Review*. V.57 n.3 June p.445-426.
- BAUMOL, William J. (1986). Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data show. *American Economic Review*. V.76 n.5 p.1073-1085.
- BÊRNI, Duilio de Avila (1995a). Análise contrafactual da distribuição da renda no Brasil: uma perspectiva de insumo-produto. *Revista de Economia Política*. V.15 n.3 (59) p.66-83 Jul.
- BÊRNI, Duilio de Avila (1995b). As três dimensões do trabalho social e o modelo de insumo-produto. *Textos de Economia*. V.6 n.1 p.7-48.
- BIRDSALL, Nancy; ROSS, David & SABOT, Richard (1995). A desigualdade como limitação ao crescimento na América Latina. *Revista de Administração Pública*. V.29 n.4 p.260-295. Out.
- BLAUG, Mark (1976). Khun versus Lakatos or paradigms versus research programs in the history of economics. p. 149-180 In: LATSIS, Spiro J. org. (1976). *Method and appraisal in economics*. Cambridge, UK: Cambridge University.
- BONELLI, R. & CUNHA, P. Vieira da (1982). Mudanças nas estruturas de produção, renda e consumo, e crescimento econômico no Brasil no período 1970-75. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. V.12 n.3 p.807-850 Dez.
- BOULDING, Kenneth J.(1966). *O significado do Século XX; a grande transição*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- BOWLES, Samuel & GINTIS, Herbert (1995). Productivity-enhancing egalitarian policies. *International Labour Review*. V.134 n.4-5. p.559-585.
- CASTRO, Paulo Rabello de (1979). Repartição setorial da renda: ciclos e tendências. *Conjuntura*

¹De acordo com Faria (1983), o componente de trabalho morto será tão elevado no futuro do capitalismo que as máquinas epitomizadas pelos andróides serão... humanas.

Econômica. V.33 n.12 p.83- 88 Dez.

CHENERY, Hollis (1983). Interaction between theory and observation in development. *World Development*. V.11 n.10 p.853-861.

CLINE, William R. (1975). Distribution and development: a survey of the literature. *Journal of Development Economics*. V.1 n.4 p.359-400.

COUTINHO, Mauricio (1980). Distribuição de renda e padrões de consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina. *Ensaio FEE*. V.1 n.1 p.139-152.

FAJNZYLBER, Fernando (1988). Latin American industrialization: from the 'black box' to the 'empty box'. *International Social Science Journal*. V.2 n.8 p.469-475.

FAJNZYLBER, Fernando (1989). *Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío"; comparación de patrones contemporáneos de industrialización*. Santiago: Naciones Unidas/CEPAL.

FARIA, L.A.E.(1982). Blade runner, ou um futuro para o capitalismo. *Zero Hora*. 15.2.82 p.6.

FONSECA, Manuel A. R. da & GUILHOTO, Joaquim José M. (1987). Uma análise dos efeitos econômicos de estratégias setoriais. *Revista Brasileira de Economia*. V.41 n.1 p.81-98 Jan.

FURTADO, Celso & MANESCHI, Andrea (1968). Um modelo de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*. V.22 n.2 p.5-36 Jun.

FURTADO, Celso (1969). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional.

GATES, Bill (1995). *The road ahead*. London: Viking.

GLYN, Andrew (1991). Corporatism, patterns of employment and access to consumption. In: MARGLIN, Stephen & SCHOR, Juliet B.eds.(1991). *The Golden Age of capitalism: reinterpreting the Post-War experience*. Oxford: Clarendon.

GUATTARI, Félix (1991). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.

HAGGARD, Stephan (1990). *Pathways from the periphery: the politics of growth in the Newly Industrializing Countries*. Ithaca: Cornell.

HARRIS, J.R. & TODARO, M. (1970). Migration, unemployment and development: a two sector analysis. *American Economic Review*. V.60 n.1 p.126-142 Mar.

HENNINGS, Klaus H. (1986). The exchange paradigm and the theory of production and distribution. In: BARANZINI, Mauro & SCAZZIERI, Roberto eds. (1986). *Foundations of economics; structures of inquiry and economic theory*. Oxford: Basil

Blackwell. p.221-243.

HIRSCHMAN, Albert O. (1973). The changing tolerance for income inequality in the course of economic development.. *Quarterly Journal of Economics*. V.87 n.4 p.544-566 Nov.

JOHANSEN, Leif (1960). *A multi sectoral study of economic growth*. Amsterdam: North Holland.

KANBUR, S.M.R. & McINTOSH, J. (1988). Dual economy models: retrospect and prospect. *Bulletin of Economic Research*. V.40 n.2 p.83-113.

KUZNETS, Simon (1955). Economic growth and income inequality. *American Economic Review*. V.45 n.1 p.1-28 Mar.

LEWIS, W. Arthur (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. *Manchester School*. V.22 p.139-191.

LOCATELLI, Ronaldo Lamounier (1985). *Industrialização, crescimento e emprego: uma avaliação da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA.

LOPES, Francisco Lafaiete de Padua (1969). Subsídios a formulação de um modelo de desenvolvimento e estagnação no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*. V.23 n.2 p.59-78 Jun.

- LOPES, Francisco Lafaiete (1972). Desigualdade e crescimento: um modelo de programação com aplicação ao Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. V.2 n.2 p.189-226 Dez.
- LUSTIG, Nora (1980). Características do crescimento econômico mexicano: teste empírico de algumas hipóteses "estruturalistas". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. V.10 n.2 p.383-408 Ago.
- MILGROM, Paul & ROBERTS, John (1992). *Economics, organization and management*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- MIYAZAWA, Kenichi (1960). Foreign trade multiplier, input-output analysis and the consumption function. *Quarterly Journal of Economics*. V.74 n.1 (294) p.53-64 Feb.
- MIYAZAWA, Kenichi (1976). *Input-output analysis and the structure of income distribution*. Berlin: Springer-Verlag.
- MOLL, Terence (1992). Mickey Mouse numbers and inequality research in Developing Countries. *Journal of Development Studies*. V.28 n.4 p.689-704.
- OLIVEIRA, Francisco de (1978). *Crítica à razão dualista*. 5ed. Petropolis: Vozes.
- PAUKERT, Felix; SKOLKA, Jiri & MATON, Jef (1976). Redistribution of income, patterns of consumption and employment: a case study for the Philippines. In: POLENSKE, K. & SKOLKA, Jiri (1976). *Advances in input-output analysis*. Cambridge: Ballinger. p.161-181.
- PERSSON, Tornsten & TABELLINI, Guido (1993). *Is inequality harmful for growth?* Stockholm: Institute for International Economic Studies. (Seminar papers, 537).
- PINTO, Anibal (1976). Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, Jose coord. (1976). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.44-82.
- PREBISH, Raúl (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. V.3 n.3 p.47-111 Set.
- REDER, Melvin (1969). A partial survey of the theory of income size distribution. In: SOLTOW, Lee ed. (1969). *Six papers on the size distribution of wealth and income*. New York, London: Columbia University, National Bureau of Economic Research. p.205-253.
- REYNOLDS, Lloyd G. (1983). The spread of economic growth to the Third World: 1850-1980. *Journal of Economic Literature*. V.21 n.3 p.941-980 Sept.
- RIFKIN, Jeremy (1995). *The end of work; the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. New York: G.P.Putman's Sons.
- ROBINSON, Sherman (1988). Multisector models of developing countries: a survey. In: CHENERY, H. & SRINIVASAN, T.N. eds. (1988). *Handbook of development economics*. Amsterdam: North Holland. p.885-947.
- ROSTOW, Walt W. (1956). The take-off into self-sustained growth. *Economic Journal*. V.66 n.1(126) p.25-48 Mar.
- ROSTOW, W. W. (1959). The stages of economic growth. *Economic History Review*. V.12 n.1 p.1-16.
- ROWTHORN, Bob (1982). Neoclassicismo, neoricardianismo e marxismo. In: ——— *Capitalismo, conflito e inflação; ensaios de economia política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SINGER, Hans (1969). O mecanismo do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.N. & SINGH, S.P.orgs. (1969). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense. orgs. p.387-405.
- SINGER, Paul (1977). *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TAUILLE, José Ricardo (1981). Uma introdução à economia política da informação. *Ensaios FEE*. V.2 n.2 p.89-108.

TAVARES, Maria da Conceição (1983). O movimento geral do capital: um contraponto à visão da autoregulação da produção capitalista. In: FIGUEIREDO, Eurico; KONDER, Leandro & CERQUEIRA F^{co} Gisaldo Lopes eds.(1983). *Por que Marx?*. Rio de Janeiro: Graal. p.233-256.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José (1972). Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro; ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

TAYLOR, Lance & BACHA, Edmar L. (1976). The unequalising spiral: a first growth model for Belindia. *Quarterly Journal of Economics*. V.90 n.2 p.197-218 May.

TODARO, M.P.(1969). A model of labour migration and urban unemployment in less developed countries. *American Economic Review*. V.59 n.1 p.138-148.

TOFLER, Alvin (1980). *The third wave*. London: Pan,Collins.

TYLER, William (1973). A substituição de importação e expansão da exportação como as "fontes" do crescimento industrial no Brasil. *Estudos Econômicos*. V.3 n.2 p.85-102 Ago.

WALSH, Vivian & GRAM, Harvey (1980). *Classical and neoclassical theories of general equilibrium; historical origins and mathematical structure*. New York, Oxford: Oxford University.

WILLIAMSON, Jeffrey G. (1991). Productivity and American leadership: a review article. *Journal of Economic Literature*. V.29 n.1 p.51-68 March.